



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA
DE GESTÃO DE PESSOAS



ATA DE REUNIÃO		
Membros efetivos presentes:	<ol style="list-style-type: none">1. Dra. Michelline Soares Bittencourt Trindade Luz – Juíza de Direito (Coordenadora);2. Dr. Leonardo Rulian Custódio - Juiz de Direito;3. Dr. Adriano Vieira de Almeida – Juiz de Direito;4. Dra. Élbina Rosane Sousa de Araújo – Juíza de Direito;5. Viviane da Anunciação Souza Oliveira – Secretária de Gestão de Pessoas;6. Desirée Brandão Muller – Servidora;7. Nubia de Jesus Matos - Servidora8. Itailson Farias da Paixão – Servidor (representante eleito pelos servidores);9. Maria Lenilda Cordeiro de Almeida – Servidora (representante do SINPOJUD);10. Antônio Jair Batista Filho - Servidor (representante do SINTAJ)11. Mardey Machado Pereira - Servidor (representante do SINTAJ)	Data: 17/02/2025
Ausências	<ol style="list-style-type: none">1. Dr. Gustavo Teles Veras - Juiz de Direito;2. Carmem Silva Bonfim dos Santos - servidora (representante da ASSETBA)3. Juarez Mendes de Oliveira - Servidor (representante eleito pelos servidores)	

Início: 14:00h	Fim: 16:00h	Local: Sala 305, anexo II, edifício-sede do TJBA
-----------------------	--------------------	---

EVENTO	ITEM	PONTOS DISCUTIDOS
Reunião do CGP	1	Esclarecimentos acerca das mudanças de componentes na Comissão;
	2	Panorama atual sobre o programa de estágio;
	3	Andamento acerca da formalização do Convênio com outros Tribunais;
	4	Comparativo preliminar do sistema de plantão em outros estados;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA
DE GESTÃO DE PESSOAS



	5	Sugestões de trabalho para o ano de 2025.
--	----------	---

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Ao décimo sétimo dia do mês de fevereiro do corrente ano, às 14:00h, aberta a reunião, Dra. Michelline Bittencourt, na qualidade de nova Coordenadora do Comitê, saudou os membros, informando acerca da recente alteração na constituição do agrupamento, notadamente a designação da nova servidora que secretariará os trabalhos, Desirée Müller, e os novos servidores representantes do SINTAJ, Antônio Jair e Mardey Pereira. Outrossim, confirmou as datas das próximas reuniões.

Em seguida, apresentou o panorama atual sobre o programa de estágio de graduação, sinalizando as pontuações apresentadas pela Presidência no tocante à obediência ao processo seletivo pelos(as) magistrados(as) e à reserva das cotas estabelecidas pelo CNJ. Também noticiou a respeito da sugestão apresentada pela SEGESP de realizar um processo seletivo prévio de credenciamento dos estudantes, nos moldes oferecidos pela Caixa Econômica Federal, estabelecendo preliminarmente a reserva de vagas para o grupo de cotas em cada unidade, com base no quantitativo total do contrato, deixando a cargo dos gestores a consecução das demais etapas a partir dos candidatos habilitados.

Logo após, o servidor Antônio Jair pediu a palavra para relatar a dificuldade do acesso dos estagiários voluntários ao Fórum do Imbuí, devido ao recolhimento dos cartões de acesso e à necessidade de cadastramento diário dos estudantes, o que tem gerado graves transtornos. De igual modo, Dr. Adriano Almeida esclareceu que a situação também ocorreu no Fórum Ruy Barbosa, mas que já houve a regularização do acesso. Diante da informação, a Juíza Coordenadora se comprometeu a verificar a circunstância na Administração do Fórum do Imbuí.

Na sequência, Dr. Adriano Almeida, pontuou acerca da importância do aproveitamento dos estagiários nas unidades e da necessidade de participação do magistrado na sua seleção, sempre que possível. Adicionalmente, Dr. Leonardo Custodio agradeceu o empenho da SEGESP para oportunizar a participação do(a) magistrado(a) no processo seletivo.

Com a palavra, a Secretária de Gestão de Pessoas ratificou as informações apresentadas pela Dra. Michelline Bittencourt com relação ao atual panorama do Programa de Estágio, esclarecendo acerca da necessidade de remodelar o quanto proposto pelo Comitê, especialmente nos pontos mais sensíveis, como a publicação dos editais de credenciamento, a reserva de vagas para as cotas,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA
DE GESTÃO DE PESSOAS



a realização das etapas subsequentes pelos gestores das unidades, e submissão à apreciação da Consultoria Jurídica da Presidência, da Associação dos Magistrados da Bahia e da Assessoria Especial da Presidência I.

Na oportunidade, Dr. Leonardo Custódio e Dra. Micheline noticiaram sobre a elaboração de um guia de apoio aos gestores para realização do processo seletivo, a partir de critérios objetivos, com o fito de auxiliá-los nas etapas seguintes da avaliação do estudante credenciado.

Dando continuidade ao terceiro item da pauta, a Juíza Coordenadora solicitou esclarecimentos acerca do andamento da formalização do Termo de Cooperação Técnica voltado à Política de Gestão de Pessoas dos Órgãos do Poder Judiciário. Em resposta, a Secretária de Gestão de Pessoas asseverou que o Convênio foi direcionado aos demais órgãos, restando pendente apenas a concordância pelo Tribunal Regional do Trabalho para agendamento da solenidade de assinatura.

Em seguida, Dra. Michelline Bittencourt franqueou a palavra ao servidor Itailson da Paixão, que abordou a temática acerca da necessidade do oficial de justiça ficar de sobreaviso durante o plantão, considerando a impossibilidade do cumprimento do mandado à noite, com a necessidade de trabalhar normalmente no dia seguinte, bem assim a análise da viabilidade de conversão dos dias trabalhados em pecúnia.

Diante disso, após explanação realizada por Dra. Élbina de Araújo e as considerações apresentadas pelo servidor Mardey sobre o assunto, o Comitê deliberou pela necessidade de estudos direcionados a mensuração da carga horária do plantão judiciário e a excessiva cobrança por produtividade, contemplando servidores e magistrados, bem assim o estabelecimento de diálogo com membros do Ministério Público, profissionais de saúde e integrantes do plantão judiciário, com vistas a realizar uma abordagem macro sobre a saúde mental dos integrantes do Tribunal de Justiça, as consequências da sua inobservância e o estabelecimento de mecanismos de prevenção às doenças ocupacionais.

Por fim, Dra. Michelline Bittencourt, instou os demais integrantes do Comitê a apresentarem sugestões de pauta para a próxima reunião, além de temáticas a serem discutidas ao longo do ano. Foram então propostos os seguintes temas: atualização acerca do Programa de Estágio de Graduação; estudos sobre a conversão em pecúnia dos dias trabalhados no plantão judiciário; estudos para aprimorar o banco de talentos; atualização a respeito do processo que solicitou a remuneração para o servidor de gabinete dos cartórios integrados, com a possível criação de subgrupo para estudo; e a implementação da Resolução CNJ 600/2024 no TJBA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA
DE GESTÃO DE PESSOAS



COMITÊ DE
GESTÃO DE
PESSOAS

Nada mais havendo, Dra. Michelline Bittencourt agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a reunião e determinou que fosse lavrada a ata. Assim sendo, eu, Desirée Brandão Müller, lavrei a presente ata.

O acesso à gravação desta reunião poderá ser feito pelo link: [Reunião - Comitê Gestão de Pessoas-20250217_140618-Gravação de Reunião.mp4](#)